

...continuação e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS sobre Folha de Pagamentos, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de Terceiros PF. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.** Conforme descrito no Item 9, face à sua condição de Entidade de Filantropia garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2020, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica e monta em R\$ 1.317.605,09. Em 2019, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 977.760,26. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de Serviços de Terceiros.** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física, por não haver o pagamento desses serviços no exercício de 2020, a unidade gerenciada não usufruiu de tal isenção. **9.3 - Isenção da Contribuição**

para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantropia da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R\$ 325.434,40. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2019, esse montante foi de R\$ 234.924,28. **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento.** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Recurso Necessária Nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento. Conforme classificação em conta específica o montante de imunidade do PIS sobre a Folha de Pagamento representou no exercício de 2020 o valor de R\$ 47.338,51. **10 - Trabalho Voluntário.** Em 02/03/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído

como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.916,09; em 2019 estes valores apurados foram de R\$ 2.154,93. Em 2020 não houve outros trabalhos voluntários na unidade gerenciada. **11 - Exercício Social.** Conforme estabelece o Artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

São Paulo, 31 de Dezembro de 2020.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM
Relatório dos Auditores Independentes
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração

é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apro-

riada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos rele antes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 250 024298/O-3.** Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

TERMINAL MARÍTIMO DO GUARUJÁ S.A. - TERMAG

C.N.P.J. 05.535.627/0001-60

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios Líquidos, dos Fluxos de Caixa e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

Guarujá (SP), abril de 2021

A Administração

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)		A Administração	
	2020	2019	
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11.263	38.181	
Contas a receber de clientes	2.018	19.121	
Estoques	2.116	1.985	
Impostos a recuperar	245	326	
Partes relacionadas	12.575	16.840	
Outras contas a receber	507	2.733	
Total do ativo circulante	28.724	79.186	
Não Circulante			
Impostos a recuperar	3.323	3.753	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.858	3.357	
Depósitos judiciais e cauções	1.515	1.758	
Partes relacionadas	21.651	24.817	
Imobilizado	132.428	111.775	
Direito de uso	43.744	41.221	
Intangível	1.491	1.734	
Total do ativo não circulante	208.010	188.415	
Total do Ativo	236.734	267.601	
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			
Fornecedores	7.112	5.738	
Passivos de operações de arrendamento	9.405	7.143	
Partes relacionadas	16.026	220	
Adiantamentos de clientes	-	25	
Obrigações trabalhistas	6.122	4.049	
Impostos a recolher	4.049	2.287	
Dividendos a pagar	3.815	311	
Outras contas a pagar	7.217	8.128	
Total do passivo circulante	53.746	27.901	
Não Circulante			
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	2.514	2.685	
Provisão para benefícios pós-empregos	23	12	
Passivos de operações de arrendamento	36.100	35.283	
Empréstimos com partes relacionadas	61.053	142.795	
Provisão para desmobilização de ativos	608	1.057	
Partes relacionadas	48.571	-	
Outras contas a pagar	21.842	26.546	
Total do passivo não circulante	170.911	208.378	
Patrimônio Líquido			
Capital social	50	50	
Reserva legal	10	10	
Reserva de lucros	12.034	31.276	
Outros resultados abrangentes	(17)	(14)	
Total do patrimônio líquido	12.077	31.322	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	236.734	267.601	

	2020	2019
Receita Líquida de Serviços	94.160	123.415
Custo dos serviços prestados	(77.862)	(69.214)
Lucro Bruto	16.298	54.201
Recargas (Despesas) Operacionais		
Com vendas	833	1.181
Gerais e administrativas	(913)	(240)
Outras recargas (despesas) operacionais, líquidas	1.043	162
	(11.563)	(1.103)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	27.861	55.304
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	1.295	1.555
Despesas financeiras	(5.333)	(10.092)
Variação cambial, líquida	(535)	(55)
	(4.573)	(8.592)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	23.288	46.712
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(8.525)	(15.191)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	499	(400)
Lucro Líquido do Exercício	15.262	31.121

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019		2020	2019
		(Em milhares de reais - R\$)	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		15.262	31.121
Lucro líquido do exercício		15.262	31.121
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19.438	19.242	
Juros e empréstimos com partes relacionadas	3.148	7.901	
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	2.047	2.286	
Baixa de bens do ativo imobilizado, intangível e direito de uso	86	1.300	
IR e CS correntes e diferidos	8.024	15.591	
Provisão (reversão) de provisão para perda de crédito esperada	(833)	(1.181)	
Provisão (reversão) para desmobilização de ativos	(249)	(9)	
Provisão (reversão) para perdas de peças de reposição, classificadas no ativo imobilizado	(13)	(430)	
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	4.142	2.144	
Provisão para benefícios e custos com aposentadoria	8	24	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	167	46	
	51.227	77.935	

(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	17.936	(8.605)
Estoques	(131)	(14)
Impostos a recuperar	511	(66)
Outras contas a receber	2.226	(357)
Depósitos judiciais e cauções	243	(274)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.374	700
Adiantamentos de clientes	(25)	(1.602)
Obrigações trabalhistas	(2.069)	(2.403)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	(338)	-
Impostos a recolher	(1.999)	574
Outras contas a pagar	(5.615)	(5.957)
Partes relacionadas	71.705	(1.013)
Caixa proveniente das operações	135.045	58.918
Pagamento de juros sobre empréstimos	(89.424)	-
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento	(2.060)	(2.159)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.764)	(15.191)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	38.797	41.568

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		2020	2019
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(31.272)	(3.209)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(31.272)	(3.209)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Contraprestação paga de arrendamento		(8.080)	(7.302)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(31.000)	-
Captação de empréstimos com partes relacionadas		105.500	-
Pagamentos de principal de empréstimos com partes relacionadas		(100.863)	(466)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(34.443)	(7.788)
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(26.918)	30.591
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo no início do exercício		38.181	7.590
Saldo no fim do exercício		11.263	38.181
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(26.918)	30.591

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Reserva		Reserva Dividendos adicionais		Lucros Outros resultados	
	social	legal	de lucros	propostos	acumulados	abrangentes
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	50	10	466	-	-	(30)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.121	-
Dividendos distribuídos	-	-	(311)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	30.689	(30.689)	-
Ganho na mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	-	-	-	-	-	16
Destinação para reserva de lucros	-	-	432	-	(432)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	50	10	587	30.689	-	(14)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.262	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(30.689)	-	-
Distribuição de propostos	-	-	-	-	(3.815)	-
Perda na mudanças de premissas atuariais líquido de imposto	-	-	-	-	-	(3)
Destinação para reserva de lucros	-	-	11.447	-	(11.447)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	50	10	12.034	-	-	(17)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: O Terminal Marítimo do Guarujá S.A. - Termag (a seguir denominado "Termag" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Guarujá, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetos sociais e atividades preponderantes a implantação e operação de instalações portuárias em geral e o direito de concessão de exploração comercial de um terminal portuário localizado na margem esquerda do Porto de Santos, para movimentação de graneis sólidos e líquidos e de outras mercadorias afins e compatíveis.

2. Patrimônio Líquido: 2a) Capital Social: O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é de R\$500 representado por 500.000 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 300.000 ações ordinárias Classe A, 100.000 ações Classe B e 100.000 ações Classe C, todas com direito a voto. O capital integralizado é de R\$50 e corresponde a 10% do total subscrito, conforme quadro a seguir:

	Valor	%
Capital social subscrito	500	100,00
(-) Capital social a integralizar	(450)	90,00
Capital social integralizado	50	10,00

A Diretoria

Contador: Ulisses Eduardo de Oliveira - CRC BA 024834/O-6